



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Minas e Energia

REQUERIMENTO Nº , DE 2008
(Do Sr. Julião Amin - PDT/MA)

Requer a realização de audiência pública para discutir a criação de um modelo brasileiro para a administração das reservas de petróleo na camada pré-sal, anunciadas pelo Governo Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, reunião de audiência pública para discutir a criação de um modelo brasileiro para a administração das reservas de petróleo na camada pré-sal, anunciadas pelo Governo Federal.

Para tanto, sugerimos sejam convidados a comparecer, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. **José Sergio Gabrielli** (presidente da PETROBRAS), o Sr. **Edison Lobão** (Ministro de Estado das Minas e Energia), o Sr. **Guido Mantega** (Ministro de Estado da Fazenda), com a finalidade de discutir a criação de um modelo brasileiro para a administração das reservas de petróleo na camada pré-sal, anunciadas pelo Governo Federal, suas implicações econômicas e sociais, bem como as repercussões nos cenários nacional e internacional.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme publicado no **O GLOBO(O)NLINE**, Economia, em 20/08/2008, o projeto do governo para a exploração do petróleo na camada pré-sal¹ terá uma dimensão econômica muito maior do que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na avaliação do ministro da Fazenda, Guido Mantega. Isso importa dizer que o orçamento será superior aos 15,7 bilhões do PAC.

Informou ainda o ministro, que “a dimensão do pré-sal é muito maior do que o PAC. Realmente, são riquezas imensas e o Brasil se tornará um dos grandes produtores mundiais de petróleo. Estará entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.”

Em termos de incremento das reservas, representaria um crescimento dos atuais 14,4 bilhões de barris de óleo para algo equivalente a 70-107 bilhões de barris de óleo. (**UOL – VALOR**, 08/11/2007)

¹ O pré-sal é uma camada de reservatórios que se encontram em camada de sal que abrange o litoral do Espírito Santo a Santa Catarina, ao longo de 800 km de extensão por até 200 km de largura, em lâmina d’água que varia entre 1,5 mil e 3 mil metros e soterramento entre 3 mil e 4 mil metros.

E, considerando essa dimensão, decidiu o governo que deverá ser adotado um modelo para gerir os recursos captados com a exploração do petróleo do pré-sal.

Não há como se negar a esta Casa o direito de discutir com os representantes do governo federal, as questões que interessam a todo o povo brasileiro, dentre elas, impõe-se questionar: Com quem deve ficar os lucros decorrentes da exploração da camada pré-sal? – Bem como, se esses recursos deverão ir para uma empresa ou várias empresas? – Se somente públicas ou incluirá empresas privadas? – E ainda, onde entra a sociedade como parte interessada na supressão da miséria, do baixo nível de qualidade na educação, da falta de investimentos expressivos em ciência e tecnologia, na infra-estrutura básica, na saúde, dentre outras áreas que têm necessidades emergenciais históricas?

Informam os meios de comunicação de massa que o governo federal estuda, inclusive, a adoção do modelo norueguês ou da Arábia Saudita, que criaram estatais com 100% de capital do governo, com poucos funcionários e se associam a outras companhias, sem fazer prospecção. Os recursos do mencionado modelo são depositados em um fundo soberano, a exemplo do que pretende o governo federal.

A Petrobras, por sua vez, requer o direito de explorar a camada pré-sal tal qual vem fazendo com as jazidas em produção.

O governo, através de sua equipe econômica, propõe uma solução que seja nacional, mesmo que com alguns pontos parecidos com os modelos existentes no exterior.

O próprio ministro Guido Mantega admitiu que no primeiro momento a criação do fundo soberano ajudará na manutenção de uma poupança fiscal, à semelhança do que fazem os grandes produtores de petróleo. E sentencia: “Mas é preciso administrar bem esses recursos para que eles de fato sejam utilizados a favor do Brasil e não contra ele”.

Importa a esta Casa e ao povo brasileiro conhecer o modelo que está sendo gestado pela equipe econômica do governo federal, bem como a forma a ser adotada para a gestão desses recursos, e, sobretudo, de que forma tais recursos poderão servir de instrumento de desenvolvimento social.

Se as reservas descobertas são da União e pela União serão utilizadas, conforme palavras de Sua Excelência, Ministro Guido Mantega, é também da União a responsabilidade de dar ciência ao povo brasileiro dos estudos já completados, aqueles que estão em andamento, bem como os valores envolvidos no desenvolvimento de um modelo brasileiro de administração dos recursos oriundos da exploração do pré-sal, que são do povo brasileiro.

Esta Casa ainda tem como interesse fundamental saber como tais descobertas e o volume de recursos, que advirão dessa exploração, repercutirão na economia do País. O aumento da receita, decorrente da exportação de recursos naturais, poderá afetar a industrialização do Brasil? – Considerando o montante, ainda desconhecido, não tornará nosso setor manufatureiro menos competitivo com os produtos externos? Quais serão os critérios de distribuição dos royalties derivados dessa exploração? Como será a distribuição das ações da nova empresa, que fuja da atual situação da Petrobras?²

² No momento 62% das ações da Petrobras estão em mãos de acionistas estrangeiros. (JB Online, 20/08/2008)

São alguns dos muitos questionamentos que permeiam as mentes de parlamentares, especialistas e segmentos produtivos da sociedade.

Se o interesse é muito grande, as palavras anunciadas por Sua Excelência, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil, e publicadas na **FOLHA ONLINE**, em 17/08/2008, preocupam sobremaneira. Disse o Sr. Presidente, que o governo não pretende adotar um sistema de monopólio na área, não irá criar restrições à participação de capital estrangeiro nos novos megacampo. Como interpretar tais palavras? – Quais as repercussões na economia mundial? – Quais as regras que serão adotadas e quando serão dadas a conhecer?

Empolga-nos, por outro lado, o discurso do Sr. Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, ao mencionar que as reservas pertencem ao povo brasileiro e devem ser usadas em benefício do país, como para aplicações na educação. Conforme leitura da **FOLHA ONLINE** (17/08/2008), Sua Excelência teria dito "(...) as reservas eram uma chance divina e deveria ser usada para reparar uma dívida com os mais pobres".

É com base nesse interesse, que é público, que o presente requerimento de audiência pública se justifica.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2008.

Deputado **Julião Amin**
PDT/MA